



Prefeitura Municipal de Trabiçu

ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 059 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2024.

“Dispõe sobre a composição da Vigilância Sanitária Municipal e dá outras providências”

MARCELO RODRIGUES FONSECA, Prefeito do Município de Trabiçu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições e das prerrogativas legais, em especial aquelas contidas no art. 200 e seus incisos I, II, VI, VII e VIII, da CF/88; artigo 18, inciso IV, alínea “b”, da Lei Federal nº 8.080/90; e, na Lei Municipal nº 161, de 08/04/2005 c/c Decreto nº 346, de 26/10/2005, e Decreto nº 784, de 05/02/2016, faz saber que, neste ato, RESOLVE:

Art. 1º- Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados, para compor os quadros da Vigilância Sanitária Municipal, vinculada ao Departamento Municipal de Saúde, devendo os mesmos exercer as funções de fiscalizadores e educadores sanitários, no âmbito do Departamento Municipal de Saúde, revogando-se a composição anterior:

IDENTIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL	NOME DO PROFISSIONAL	CARGO
RG nº 40.467.571-2 SSP/SP	Bruna Fernanda de Nardo	Fiscal de Vigilância Sanitária
RG nº 30.624.743-4-SSP/SP	Thalita Braga Silva	Enfermeira
RG nº 17.454.367 SSP/SP	Isabela Maria Lopes Morales	Farmacêutica
RG nº 18.143.405 SSP/SP	Mauricio Alexandre Munaretti	Diretor de Divisão de Agricultura e Meio Ambiente
RG nº 18.489.481-5 SSP/SP	José Paulo Gatti	Diretor de Departamento de Obras e Serviços
RG nº 9.345.364-4 SSP/SP	Dinah Marques Malavolta Verdolini	Médica
RG nº 18.290.407 SSP/SP	Ronaldo Rodrigues Fonseca	Visitador Sanitário

Art. 2º- Os serviços e a equipe acima nomeada serão supervisionados, chefiados e coordenados por Bruna Fernanda de Nardo, nos termos do inciso II c/c § 2º, ambos do art. 3º, do Decreto nº 346/05.

Art. 3º- Os servidores designados, em razão do poder de polícia administrativo, exercerão todas as atividades legais inerentes à função de Fiscal Sanitário, tais como: inspeção e fiscalização sanitária, lavratura de auto de infração sanitária, instauração de processo administrativo sanitário, interdição cautelar de estabelecimento, interdição e apreensão cautelar de produtos, fazer cumprir as penalidades aplicadas pelas autoridades sanitárias competentes nos processos administrativos sanitários e outras atividades estabelecidas para esse fim.

Art. 4º- No exercício de suas funções e/ou atribuições a equipe ora nomeada deverá obedecer às normas contidas na Constituição Federal, legislação ordinária federal, estadual e municipal, além do Código Sanitário Estadual e das diretrizes e determinações emanadas da Secretaria Estadual de Saúde e do Ministério da Saúde.

Art. 5º- Também, no exercício de suas atribuições e funções, a equipe do Serviço Municipal de Vigilância Sanitária deverá portar e, apresentar a qualquer cidadão, quando



Prefeitura Municipal de Trabiju

ESTADO DE SÃO PAULO

necessário, a credencial de uso pessoal e intransferível expedida pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º- Os membros da equipe do Serviço Municipal de Vigilância Sanitária exercerão as suas funções ou atribuições durante a jornada de trabalho, de forma concomitante ao seu emprego público, sem prejuízo daquelas atividades e da remuneração mensal, sempre sob a fiscalização e orientação do Diretor Municipal de Saúde.

Art. 7º- As atribuições e funções exercidas pelos nomeados serão consideradas relevantes ao serviço público municipal, porém, não remuneradas.

Art. 8º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trabiju/SP, 23 de fevereiro de 2024.

MARCELO RODRIGUES FONSECA
Prefeito Municipal

Registrada, publicada e afixada na Secretaria e no átrio desta Prefeitura Municipal na data supra, nos termos do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal.

Maria Carolina Letízio Vanzelli
Secretária Municipal